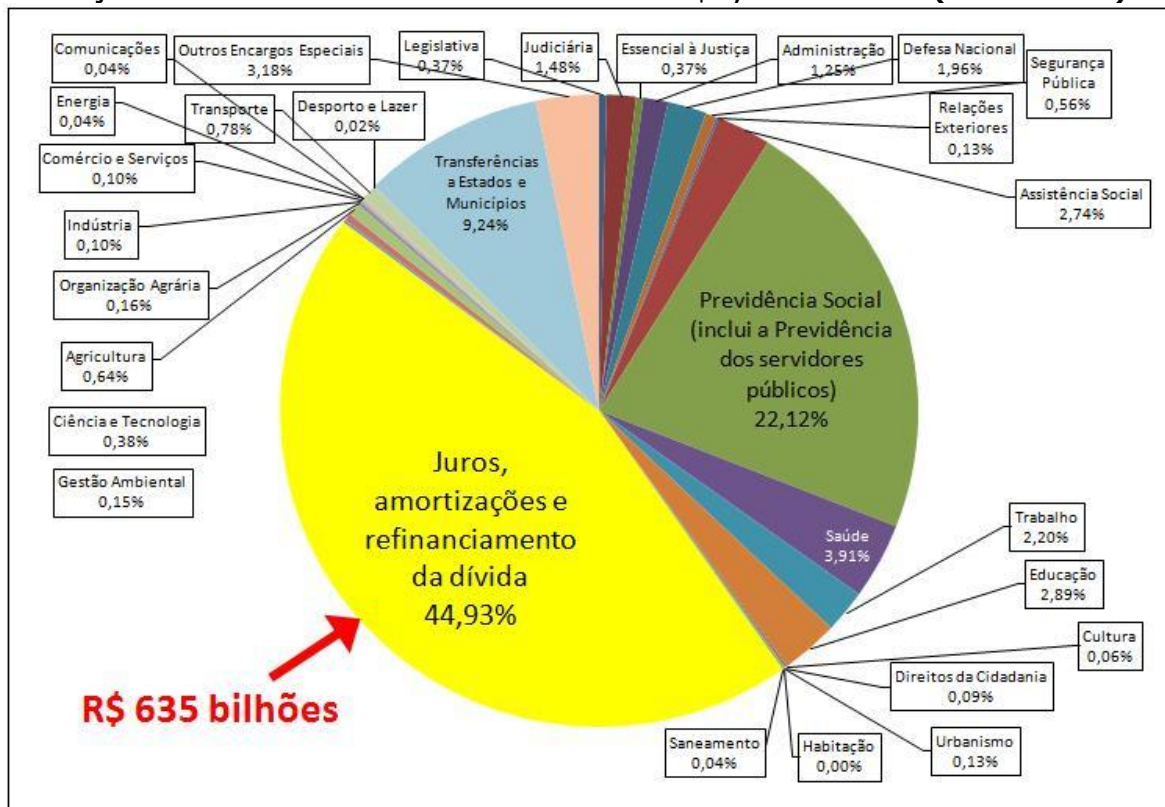




A DÍVIDA PÚBLICA consumiu 45% dos recursos da União em 2010, subtraindo Direitos Sociais

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - 2010 - Total: R\$ 1,414 TRILHÃO (Fonte: SIAFI)



Em 2010 foram gastos quase R\$ 2 bilhões por dia com a Dívida Pública.

Quem paga essa conta?

VOCÊ!

Você, sua família, todos os brasileiros pagamos a Dívida Pública de várias formas: pagamos diretamente por meio dos tributos embutidos em tudo o que consumimos ou recebemos. Pagamos também por meio dos serviços públicos que deixamos de receber em razão do corte de gastos da Saúde, Educação, Segurança, Transporte, Saneamento, Cultura, Assistência Social, etc.

A Dívida Pública é o centro dos problemas nacionais. A política econômica do país está orientada para privilegiar o pagamento de juros e amortizações dessa dívida, que consumiu R\$ 635 bilhões em 2010, que representam 45% dos recursos do Orçamento Federal. Enquanto isso, áreas sociais fundamentais receberam muitas vezes menos: Saúde apenas 3,91%, Educação 2,89%, Segurança bem menos de 1% (0,56%), e para a necessária Reforma Agrária quase zero (somente 0,16%).

Vivemos um grande paradoxo no Brasil: Somos a 7ª maior Economia do Mundo, com imensas riquezas e potenciais. Por outro lado, somos um dos países mais injustos do mundo (10ª pior distribuição de renda segundo o índice de Gini) e, vergonhosamente, o 73º em atendimento aos direitos humanos (segundo o IDH medido pela ONU), pois milhões de brasileiros ainda vivem na miséria, passam fome, e mais da metade da população sequer tem acesso a Saneamento Básico.

Ameaças da Dívida sobre Direitos Sociais: A cada ano os gastos com a dívida aumentam pois os juros praticados no Brasil são os maiores do mundo e mais dívida está sendo emitida simplesmente para o pagamento dos juros. Em 2011, ao mesmo tempo em que o governo Dilma subiu os juros 4 vezes, promoveu corte de R\$ 50 bilhões no orçamento, subtraindo gastos sociais para garantir o privilégio dos rentistas que detêm os títulos da dívida. Além disso, para pagar a dívida, o governo anunciou que fará Reforma da Previdência para instituir a idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e mulheres; está em andamento a Privatização da Previdência dos servidores públicos (PL 1992/2007), com a instituição dos Fundos de Pensão, apesar dessa fórmula estar falida em todo o mundo. O governo também propôs o congelamento dos salários dos servidores por 10 anos (PLP 549/2009) e restrição a novas contratações, o que já tem sido implementado na prática.

A dívida e a questão de gênero

O VALOR ANUAL GASTO COM AÇÕES DE PROTEÇÃO À MULHER EM 2010 FOI 78 VEZES MENOR QUE O DESTINADO DIARIAMENTE PARA A DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública suga recursos de todas as áreas sociais, dentre elas, as políticas de proteção à Mulher, previstas na Lei 11.340, a chamada Lei Maria da Penha, de 7/8/2006, cujo art. 39 diz:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

Em 2010, a previsão orçamentária para o Programa "Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres" foi de R\$ 41 milhões e o efetivamente executado (considerando-se os restos a pagar até março/2011) foi R\$ 22 milhões. O valor previsto para 2011 caiu ainda mais:

AÇÃO	Previsão 2010	Executado 2010	(%) Executado / Previsto	Previsão 2011	VARIAÇÃO em relação a 2010
Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Violência contra a Mulher	70.000,00	-	0	-	-100,00
Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	30.685.000,00	16.082.914,00	52,41	27.316.122,00	-10,98
Capacitação de Profissionais para Atendimento a Mulheres em Situação de Violência	2.160.000,00	547.441,00	25,34	1.800.000,00	-16,67
Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	4.500.000,00	3.477.934,00	77,29	4.500.000,00	0,00
Apoio a Iniciativas de Fortalecimento dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão	500.000,00	368.482,00	73,70	500.000,00	0,00
Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência contra as Mulheres	3.335.000,00	1.807.753,00	54,21	2.800.000,00	-16,04
TOTAL	41.250.000,00	22.284.524,00	54,02	36.916.122,00	-10,51

Fonte: SIAFI. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Estes dados denunciam o flagrante privilégio da dívida pública, que nunca foi auditada, o que contraria a Constituição Federal. Por isso, em **2004 a OAB apresentou Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental junto ao Supremo Tribunal Federal. A CPI da Dívida concluída em 2010 na Câmara foi um passo importante que permitiu acesso a documentos e investigações inéditas, mas ainda não foi a auditoria.**

Por isso, é fundamental participar da Auditoria Cidadã da Dívida e exigir o cumprimento da Constituição.

A POLÍTICA ECONÔMICA, MONETÁRIA E FISCAL É DEFINIDA EM FUNÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA.

É para privilegiar a Dívida Pública que quase metade dos recursos do Orçamento da União são reservados, prejudicando todas as áreas sociais. É para remunerar os detentores dos títulos da Dívida Pública que o Brasil paga os Juros mais elevados do mundo e não tem Controle de Capitais. A Política Econômica gira em torno da produção de "Superávit Primário" para dar tranquilidade aos rentistas. Por outro lado, gastos sociais fundamentais são contingenciados e sucessivas Reformas neoliberais são implementadas, tais como a da Previdência, Privatizações, etc. A Dívida Pública condiciona a Política Monetária ditando Metas de "Inflação" que têm servido para justificar sucessivos aumentos dos Juros e não serve para controlar a inflação provocada pelo contínuo aumento dos preços administrados: energia, telefone, transporte, combustível, etc. A Política Fiscal também se submete ao privilégio da dívida: aplica elevada carga tributária ao cidadão que não recebe o retorno em bens e serviços públicos.

AUDITORIA JÁ!

PARTICIPE da AUDITORIA CIDADÃ! CONHEÇA AS DESCOBERTAS DA CPI DA DÍVIDA PÚBLICA CONCLUÍDA EM 2010 NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. OS RESULTADOS FORAM ENTREGUES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FACE AOS IMPRESSIONANTES INDÍCIOS DE ILEGALIDADES E ILEGITIMIDADES COMPROVADOS POR TRABALHOS TÉCNICOS REALIZADOS DURANTE A CPI.

Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida: MARIA LUCIA FATTORELLI

SAS, Quadra 5, Lote 7, Bloco N, 1º andar – Brasília – DF – Cep – 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil

Telefone (61) 2193-9731 – (61) 8147-1196 - auditoriacidada@terra.com.br – www.divida-auditoriadicada.org.br